



O CRESCIMENTO DE UMA NOVA ECONOMIA E SUAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESENVOLVIDAS POR ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS OU POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Tiago Protti Spinato¹; Eloísa Nair de Andrade Argerich; Enio Waldir da Silva

RESUMO: Baseado em uma exploração econômica e agressiva na sociedade internacional, a certeza de uma solução mais solidária pode e deve ser discutida, pois, sabendo que nosso sistema é predatório, cabe a comunidade global encontrar meios que tornem o processo econômico mais humano.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão; Cooperação; economia solidária; Solidariedade.

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se como base de argumentação para esta pesquisa o conceito de Economia Solidária, que é amplamente utilizado em vários países, em contraste com o individualismo utilitarista predominante nas relações de comércio, constituindo uma alternativa menos agressiva para a obtenção de renda, na qual grupos coletivos organizam-se, segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática para a obtenção de renda com a finalidade de beneficiar socialmente pessoas menos favorecidas (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Essas diferenças entre economias são vistas, também, nas relações internacionais, entre países que estão cada vez mais procurando meios de tornar a economia um fator acessível para a população com menos recursos, o que torna impossível a vida de muitos trabalhadores com as oportunidades oferecidas pelo mercado tradicional.

Destaca-se, ainda, que, inexistindo nas economias capitalistas a possibilidade para que muitos trabalhadores vivam segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado, percebe-se que existe uma grande persistência por parte desses sujeitos para que as relações econômicas não sejam seccionadas das relações sociais e não se moldem em princípios utilitaristas.

Neste aspecto, principalmente nos países periféricos, sobretudo na América Latina, há muito tempo ganharam forma experiências genuínas como alternativas para o trabalho de imigrantes e indígenas que valorizavam as práticas de ajuda mútua e “fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 163).

Pretende-se, então, neste texto, propor uma discussão sobre o crescimento de uma outra economia e suas formas de cooperação internacional desenvolvidas por organizações públicas ou por Organizações Não Governamentais (ONGs) que apresentam em sua origem “[...] práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162), diferentemente “da economia de mercado, conhecida como sistema capitalista de produção, que origina-se da produção simples de mercadorias, com a separação entre posse e os meios de produção e distribuição.” (SOUSA; RODRIGUES; ABRANTES, 2005, p. 4).

Por último, esta pesquisa visa, também, a analisar a alternativa encontrada pelos grupos de trabalhadores excluídos econômica e socialmente do sistema capitalista, a partir da inserção em uma outra economia, a Economia Solidária, a qual apresenta em sua composição práticas participativas, formatos associativos, a cooperação e a autogestão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esse ensaio teórico faz parte de um projeto mais amplo que enfatiza a temática de Economia Solidária. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica por meio de livros, estudo dirigido e artigos dos ciclos de formação do projeto, iniciado no ano de 2014, denominado Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante ressaltar que, após a leitura e análise de textos, observa-se que em diversos contextos nacionais e internacionais surgem movimentos voltados a uma outra economia, para fazer frente à “aceleração dos movimentos do capital, que se desprendem de sua natureza social e de seus compromissos com a coletividade [...]” e, assim, se dá o surgimento da Economia Solidária, uma nova e marcante presença, causando grandes transformações na sociedade em geral e nas atividades de geração de renda. Um traço marcante, segundo Jean Laville, é o surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de relações e de atividades transnacionais criadas por atores coletivos – movimentos sociais, redes e organizações da sociedade



civil – que são independentes dos governos e das empresas privadas e que operam fora do alcance dos Estados e dos mercados (LAVILLE, 2009).

O que se percebe é que estes novos parceiros estão posicionados fora do contexto das estruturas estatais e do mercado financeiro, dentre os quais se destacam as Organizações Não Governamentais e de Sociedade Civil (ONGs; OSCIPs) e as organizações públicas internacionais, como as Nações Unidas, que “[...] visam à promoção dos países em desenvolvimento ou da semiperiferia caracterizados por elevadas taxas de pobreza e por um acesso inadequado e desigual aos serviços básicos com o concurso de recursos de países industrializados” (LECHAT, 2009, p. 138). Esses órgãos estão alinhados aos interesses dos atores coletivos que buscam práticas econômicas associadas à produção e serviços, à comercialização e troca e às finanças e consumo solidário, assim como ao movimento do comércio justo que se baseia nos princípios da autogestão, cooperação, justiça social, desenvolvimento sustentável e humano e da igualdade de gênero, raça e etnia.

Por outro lado, assinala-se que a presença da Economia Solidária nos países desenvolvidos também se dá de forma muito atuante. No contexto da crise salarial, na qual a escassez de trabalho na sua forma mais tradicional ocorre em níveis alarmantes, aliada à migração de pessoas de países pobres para países ricos, a consequente falta de vagas nas empresas e indústrias, por excesso de pessoas desempregadas, gera a necessidade de buscar alternativas de trabalho, renda e serviços que assegurem melhores condições materiais de sobrevivência digna àqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Na verdade, a economia alternativa, ou seja, baseada na cooperação e solidariedade, teve uma fase de esquecimento muito grande, quando pouco se falava no assunto, porém, voltou à tona devido aos problemas econômicos enfrentados, principalmente pelos países em desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se afirmar que na América do Sul a criação de empregos não agrícolas foi inferior ao crescimento da população urbana por muito tempo, criando assim um nível de desemprego e falta de recursos gigantescos (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Diante dessa situação, a economia só consegue sobreviver com níveis de informalidade alarmantes e na América Latina pode chegar a até 35% da população ativa, muitas vezes sem defesa para aqueles que exercem atividades ligadas às estratégias de externalização das empresas capitalistas, algumas ilícitas e acompanhadas de violência extrema. Verifica-se, então, que essa economia alternativa deve ser estimulada, pois em momentos de crise e incertezas econômicas, tanto em países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, serve de válvula de escape para que a população possa continuar gerando renda e sustentando as suas necessidades, mesmo em períodos de adversidades (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Ressalta-se que nesses períodos, e também em situações favoráveis, o auxílio aos pequenos produtores e associações que se encontram em situação de marginalização sempre fez parte da agenda política e social das Organizações Não Governamentais. Destaca-se que sob o ponto de vista dos benefícios econômicos, a procura por meios de financiamento populares alternativos, com a exclusão dos bancos tradicionais e seus financiamentos já estabelecidos mostrou-se muito benéfico ao trabalhador, porque na maioria das vezes os contratos bancários são onerosos em excesso, o que ocasiona a desestruturação de grupos sociais que sobrevivem da economia alternativa.

Neste cenário, dois fatores de extrema importância surgem como mecanismos de apoio para auxiliar os produtores e associações que não encontram respaldo para seus empreendimentos no mercado financeiro e são, portanto, excluídos do sistema do capital, no qual predomina o individualismo, a competição e a constante concentração de riqueza. Estes fatores são as moedas sociais e os microcréditos. Salienta-se que, desses mecanismos o mais importante é o microcrédito que Jean Louis Laville (2009, p. 31) define como “Concebido para lutar contra a pobreza, e o seu sucesso rápido faz dele um instrumento simples que é apresentado como solução para as categorias desfavorecidas.”

Não se pode negar que para a prática de uma economia alternativa o comércio justo é de suma importância para a real efetividade dessa transformação econômica, que muitas vezes mostra-se abalada pelas regras injustas do comércio internacional. Anote-se que a normatização internacional é considerada predadora das relações sociais e econômicas e viola a autonomia, a autogestão e o aumento de recursos de sociedades e produtores com poderes monetários inferiores.

Na verdade, para o estabelecimento de uma economia alternativa faz-se imprescindível uma educação pedagógica e política na qual os protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania são os pequenos produtores e associações que ao agirem coletivamente realizam a compra e venda de produtos de forma mais vantajosa. Neste sentido, é extremamente importante a criação de canais de distribuição para escoar a produção por um preço justo, eliminando todos os intermediários de uma relação de consumo predatória e já estabelecida como a única possível e correta.

Igualmente chama-se a atenção para uma situação que precisa ser tratada, ou seja, as iniciativas que, visando a evitar a exclusão social, deslocam o dinheiro como valor monetário final da relação em um sistema intercâmbios econômicos que contrariam a lógica praticada pelo mercado tradicional, criando uma sociedade de reciprocidade mútua na qual cada papel é desempenhado de forma a complementar a função de outra pessoa.

Constata-se que essa política está estruturada com base nos princípios da Economia Solidária, que nada mais é do que uma reação ao mercado privatizado. Neste sentido, Sydneia R. Sousa, Luciene Rodrigues e



Sidneia Maria Souza Abrantes (2009, p. 5) sustentam que “essa economia surge como reação à exclusão econômica e social do sistema capitalista e de uma atitude crítica diante do capitalismo. Orientam-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.” Isso significa que se está diante da Economia Solidária baseada na cooperação e na solidariedade, visando à promoção humana e se apresenta, em tese, como uma iniciativa de mudança social, um projeto de desenvolvimento comunitário.

4 CONCLUSÃO

É incontestável que uma outra economia voltada à cooperação, solidariedade e autogestão vem se revelando como uma nova dinâmica de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas.

Desta forma, a Economia Solidária surge como um movimento social mundial e não apenas local, que possibilita a melhor inserção dos segmentos mais frágeis da sociedade no meio econômico, pois exige “[...] de seus integrantes, descartarem os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (LECHAT, 2009, p. 138) e assume a forma autogestionária e solidária de produzir, trabalhar e consumir.

Constata-se que a exclusão social e a desigualdade são fenômenos que atingem não apenas países em desenvolvimento e não se apresenta como um fato novo, mas faz parte da formação econômica e social dos países da América Latina. Em razão disso, surgem movimentos sociais que buscam novas alternativas de produção, trabalho e consumo que apresentam em sua formação a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material.

Neste cenário, conclui-se que o surgimento da Economia Solidária não ocorreu por acaso e representa, na atualidade, uma das alternativas encontradas para a superação do desemprego estrutural, da pobreza e da desigualdade social.

Constata-se, também, que as organizações internacionais públicas e não governamentais, por suas formas de cooperação internacional, desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento dos países caracterizados por elevadas taxas de pobreza e por um acesso inadequado e desigual aos serviços básicos com o concurso de recursos de países industrializados, pois podem contribuir para a inserção de novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania.

Por fim, é inegável que outra economia está presente na sociedade e esta se qualifica como a Economia Solidária, que tem como princípios o agir coletivo, a autogestão, a cooperação, a geração de trabalho e renda, fornecendo nesse sentido, a inclusão social e minimizando as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. pp. 162-168.

_____. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar. 2009, p. 7-47. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf. Acesso em: jun. 2015.

LECHAT, Nöelle Marie Paule. Economia moral. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. pp. 134-138.

SOUSA, Sydneia R.; RODRIGUES, Luciene; ABRANTES, Sidneia Maria Souza. **A Economia Solidária no âmbito de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza: o papel do estado na criação de políticas públicas**. 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencia-e-lutas-sociais-contra-o-desemprego-e-a-pobreza.pdf. Acesso em: 8 jul. 2015.